



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL

40ª Reunião Ordinária

Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial (CNPIR)

28 de maio de 2013

**BRASÍLIA-DF
2013**

1 Aos vinte e oito e vinte e nove dias do mês de maio do ano de dois mil e treze, reuniu-se no
2 Auditório da Secretaria de Planejamento e Formulação de Políticas da SEPPPIR, SEPN Quadra 514,
3 Bloco C, Lote 8, Asa Norte, Brasília/DF, o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial da
4 Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República –
5 CNPIR/SEPPPIR/PR, para a sua Quadragésima Reunião Ordinária, com a participação dos
6 seguintes Conselheiros e Conselheiras representantes de entidades da Sociedade Civil: **Ubiraci**
7 **Dantas de Oliveira** – (titular) CNAB; **Sofia Débora Levy** – (titular) CONIB; **Estela Maris**
8 **Cardoso** – (titular) FNMN; **João Fernando G. Abreu** – (titular) FENAFAL; **Paulino de Jesus**
9 **Francisco Cardoso** – (titular) ABPN; **Bárbara Angely Piemonte Silva** – (titular) CEDRO; **Ualid**
10 **Hussein Ali Mohd Rabad** – (titular) FEPAL; **Helcias Roberto Paulino Pereira** – (titular) APN's
11 **Arilson Ventura** – (titular) CONAQ; **Clédisson Geraldo dos Santos Júnior** – (titular)
12 **ENEGRECER**; **Angela Maria da Silva Gomes** – Representante Notório; **Manoel Júlio de Souza**
13 **Vieira** – (titular) UNEGRO; **Valkiria de Souza Silva** – (titular) CENARAB; **João Carlos Borges**
14 **Martins** – (titular) ANCEABRA; **Maria Conceição Lopes Fontoura** – (titular) AMNB; **Ana**
15 **Cristina dos Santos Duarte** – (titular) UGT; **Silvio Pinheiro Santos** – (suplente) CTB; **Cristian**
16 **Trindade Ribas** – (titular) UNE. Conselheiros e Conselheiras representantes de Órgãos
17 governamentais: **Denis Rodrigues da Silva** - (titular) MC; **Lucy Góes da Purificação** –
18 Secretária Executiva Interina da SEPPPIR; **Thiago Thobias** – (titular) MEC; **Rosângela Rigo** –
19 (titular) SPM/PR; **Aida Rodrigues Feitosa** – (titular) MMA; **Eloá França Magalhães** –
20 (suplente) MPOG; **Solange do Nascimento Lisboa** – (titular) MDS; **Maria do Rosário de**
21 **Holanda Cunha Cardoso** – (titular) MPOG; **Maria Auxiliadora Lopes** – (suplente) MEC;
22 **Carlos Alberto Vieira Filho** - (suplente) MC; **Maria Lúcia de Santana Braga** – (suplente)
23 **MCTI/CNPQ**; **Sérgio Pedro da Silva** – Secretário Executivo do CNPIR; **Eliane da Silva**
24 **Pequeno** – (suplente) FUNAI; **Luciane Reis** – (suplente) SNJ/PR; Convidados e Convidadas:
25 **José Luiz Amâncio** – ASPAR/SEPPPIR; **Artur Antônio dos Santos Araújo** – ASPAR/SEPPPIR
26 **César Ramos** – MC; **Mônica Oliveira** – SPAA/SEPPPIR; **Eunice Lea de Moraes** – SEPPPIR;
27 **Silvany Euclenio Silva** – SECOMT/SEPPPIR; **Tatiana Dias Silva** – IPEA. As atividades da
28 Quadragésima Reunião Ordinária iniciaram no dia vinte e oito de maio, com a seguinte
29 programação: Abertura e verificação de quorum mínimo para instalação do CNPIR; **Aprovação**
30 **da Ata da reunião da 39ª Ordinária**; **Informes Gerais**; **Leitura e aprovação da pauta**;
31 **Avaliação de Conjuntura Nacional**; **Agenda das questões raciais no Parlamento**;
32 **Apresentação do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades**
33 **Tradicionais de Matriz Africana**; **3ª CONAPIR**; **Reunião dos Grupos de Trabalho**;
34 **Encaminhamentos**; **Encerramento. Item 1 – ABERTURA**: Os trabalhos da Quadragésima
35 Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial do
36 CNPIR/SEPPPIR/PR, foi iniciada pela Conselheira, Lucy Góes da Purificação, Secretária
37 Executiva Interina da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da
38 República - **SEPPPIR/PR**, fez a abertura da 40ª Reunião Ordinária, informou da ausência da
39 Ministra Luiza Bairros devido à agenda, após a verificação do quorum passou para o ponto
40 seguinte da ordem do dia. Sérgio Pedro da Silva, Secretário Executivo do Conselho Nacional de
41 Promoção da Igualdade Racial, informou sobre ausências justificadas dos Conselheiros e
42 Conselheiras: Frei David, Julia Reis, Paulo Axé, Valdecir Nascimento e Rosangela Rigo. **Item 02**
43 **– APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR DO CNPIR**: A ata da reunião da 39ª foi
44 retirada da pauta devido à falta de quorum. **Item 03 – INFORMES GERAIS**: O **Conselheiro**
45 **Paulino Cardoso (ABPN)**: informou que a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros
46 (ABPN) participa do CNPIR e, também, da CADARA, que é o Comitê Técnico e Diversidade
47 para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-brasileiros do Ministério da Educação.
48 Considera muito importante que o CNPIR, como poderia construir um diálogo, construir uma
49 estratégia entre a CONAE e a CONAPIR, nos pontos em que articulam, que poderia conseguir
50 mobilizar não só os Conselheiros, mas como os diferentes, a base de apoio, que a agenda possa ser
51 plenamente assegurada. Disse que em Redenção, na semana passada fez a reunião da CADARA, e

1 um dos pontos de pauta eram os 10 anos da Lei 10.639. E uma das estratégias, para pensar esses
2 10 anos da Lei, seria editar os diálogos. Não mais diálogos regionais como haviam pensado
3 inicialmente. Mas, diálogos estaduais que estejam auto-organizados em algumas instituições que
4 se colocam como parceiras e ter o CNPIR como um parceiro, tendo principalmente como
5 referência os polos permanentes de educação e diversidade. Outro informe foi à participação na
6 Comissão de Direitos Fundamentais do Ministério Público, representando o CNPIR. Espera ser
7 chamado para as próximas reuniões. Foi muito importante, porque ela surge do reconhecimento do
8 Ministério Público, que ele precisa mudar a agenda e se aproximar da sociedade. E, entendendo
9 que, para isso, ela precisa dialogar com os grupos que representam a Sociedade Civil. Foi uma
10 experiência bem interessante, estavam presentes de três a quatro Ministros de Estado, inclusive a
11 Ministra Luíza Bairros e, que a Comissão possa, efetivamente, iniciar os seus trabalhos que,
12 certamente, será uma contribuição importante no sentido de reforçar um aspecto chave do trabalho
13 do Ministério Público que é a defesa dos direitos e garantias fundamentais. Parabenizou o espaço
14 saudável que o CNPIR oferece para os diálogos entre Conselheiros. Citou o diálogo com a Maria
15 Lúcia, enquanto representante do CNPQ, algo que já tinha sido tomada a decisão, já estava pronta
16 e essa coisa não saía. E saiu por uma ação de diálogo entre eles, considera muito legal. E o
17 segundo, enquanto pesquisador, e de militante antirracista, a importância da causa e das lutas dos
18 povos ciganos. E tornou público o compromisso enquanto instituição, da mesma forma que a tem
19 incluído nas agendas, principalmente os grupos afro-brasileiros e a temática indígena, querem
20 fazer o debate incluindo entre os povos tradicionais, a temática das populações ciganas, naquilo
21 que é mais característico do nosso campo, que é a educação e políticas educacionais. Por esse
22 motivo, no 5º Seminário Nacional de Educação, relações sociais e multiculturalismo que irá
23 ocorrer de 14 a 16 de maio de 2014, irá incluir uma mesa e um Eixo Temático de discussão, de
24 modo que possa construir o cantinho para dar visibilidade, depende agora das lideranças, de ter
25 uns desdobramentos institucionais. **Conselheiro Uiraci Dantas de Oliveira (Congresso**
26 **Nacional Afro-Brasileiro)** informou que realizaram no dia 13 de maio uma homenagem ao
27 professor Eduardo, na Assembleia Legislativa de São Paulo, com o seguinte propósito: “Viva o 13
28 de maio. A vitória da luta do Zumbi dos Palmares. Viva a luta do Professor Eduardo de Oliveira”.
29 E a luta pela aprovação do Hino à Negritude no Congresso Nacional continua e será também um a
30 homenagem ao Professor Eduardo. Falou também de oportunidade de homenagear os 70 anos da
31 nossa consolidação das Leis do Trabalho no Congresso Nacional. **Conselheiro Helcias Pereira**
32 **(APN’S)** agradeceu por ter sido escolhido pelos conselheiros e conselheiras para representar a
33 Sociedade Civil no aniversário da SEPIR no dia 21 de março, no Teatro Nacional. Outro
34 agradecimento é pelos 30 anos dos APNS, em União dos Palmares, com a presença da Ministra foi
35 muito importante porque tinha representação de 14 estados, APNS de alguns estados, mais alguns
36 parceiros de Moçambique, Madri e, também do Quito do Equador, foi muito importante à fala da
37 Ministra, a palestra da Ministra na abertura do Simpósio dos 30 anos dos APNS. **Conselheira**
38 **Maria Auxiliadora (MEC)** – deu informe sobre a audiência pública em comemoração aos 10
39 anos da Lei 10.639, na Câmara dos Deputados. foi bastante interessante porque teve participação
40 de alunos, de professores, vários Deputados. E, nessa audiência pública, ficou decidida também a
41 criação de uma Subcomissão dentro da Comissão de Educação, para tratar da implementação da
42 Lei 10.639. a criação do site da Igualdade Racial. Tudo isso em comemoração aos 10 anos, relatos
43 de experiências, de escolas, e *link*, por exemplo, todas as publicações que o MEC já fez sobre o
44 assunto estão disponíveis nesse *site*, e *link* para vários, por exemplo, quem quiser ver o Estatuto da
45 Igualdade Racial, tem o *link* do Estatuto da Igualdade Racial; quem quiser ver as Diretrizes
46 Curriculares para a Educação Escolar Quilombola também tem o *link*, temos o link com o IPEA,
47 que é o portal dos povos e comunidades tradicionais. a Portaria da Bolsa Permanência
48 principalmente dos Quilombolas, que são R\$ 900,00 para os alunos Quilombolas, R\$ 900,00
49 mensais. Os alunos já vão receber o cartão do Banco do Brasil. Os alunos da zona urbana é R\$
50 400,00 e os alunos Quilombolas, R\$ 900,00. São os alunos, tem uma série de critérios, mas entre
51 eles tem que ter um curso com mais de cinco horas de aula por dia. **Conselheira Maria Lúcia**
52 **(MCTI)** – informou da conquista importante no mês passado, no âmbito do MCTI, do Sistema

1 Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, que foi a inclusão do item cor/raça no currículo
2 Lattes. Já era uma demanda antiga da SEPPIR e com o Estatuto da Igualdade Racial, isso foi
3 reforçado e, finalmente, abriu passado o item cor/raça foi colocado no ar. Qualquer pesquisador e
4 pesquisadora que hoje for atualizar o seu currículo Lattes. Caso ele não queira declarar a sua cor
5 ou raça, ele tem essa opção. Isso é realmente um avanço no Sistema de Ciência Tecnologia e
6 Inovação, porque nós vamos ter condições agora a partir de uma base de dados muito ampliada,
7 que é o Lattes, muito rica, de mapear uma série de aspectos em relação à estrutura da Ciência e da
8 Tecnologia no Brasil. Qual o perfil desses Pesquisadores e Pesquisadoras relacionados à cor/raça,
9 então nós vamos ter condições, com esse indicador, de mapear uma série de aspectos e, claro,
10 propor algumas medidas no sentido de modificar um quadro que provavelmente ainda é bastante
11 concentrado e bastante desigual. Algumas reações bastante fortes, a Professora Ivone Maggy
12 publicou um artigo no O Globo, contrária, assim como o Estado de São Paulo publicou um
13 editorial o qual ele nomeou de Currículo Racial. Então, essas expressões dos contrários às ações
14 afirmativas, já nos sinalizam como é importante esse indicador. **Conselheiro Cristian (UNE)** –
15 informou que do dia 29 de maio ao dia 02 de junho teremos o 53º Congresso Nacional da União
16 Nacional dos Estudantes. O Congresso acontece em Goiânia e convidou a todas e todos que
17 puderem se fazer presente no encontro. Esse é um momento muito importante para a UNE, um
18 momento de significativo avanço na democratização do Ensino Superior, dialogando diretamente
19 com o empoderamento e ampliação do acesso da população negra no Ensino Superior. Mas que,
20 também, coloca muitos desafios para o Ensino Superior brasileiro, para a Universidade pública
21 como, por exemplo, a garantia das condições de permanência para esses novos estudantes que
22 entram na Universidade, como a ampliação da política de cotas para as Universidades Estaduais,
23 as Universidades Municipais e a implementação da Lei 10.639 nos currículos do Ensino Superior.
24 Dentro do Congresso vai ter, no dia 30, pela parte da manhã, a Plenária Nacional de Negros e
25 Negras Cotistas da UNE. No dia 31, pela parte da manhã também, vai ter o Encontro Nacional dos
26 Estudantes Prounistas e Cotistas da UNE. **Conselheira Maria Conceição (AMNB)** – informou
27 sobre o encontro que aconteceu nos dias 26 e 27 de abril, em Pernambuco, que foi um encontro
28 denominado Tecendo a Rede de Mulheres Negras do Nordeste. Extremamente importante esse
29 encontro, lembrando que o Nordeste brasileiro tem um papel extremamente importante na luta
30 contra o preconceito, a discriminação e o racismo presentes na sociedade brasileira. E, as mulheres
31 negras do Nordeste, neste embate, desempenham um papel muito importante. Foi tirada uma
32 moção de apoio à Marcha das Mulheres Negras brasileiras para 2015. Participou de dois
33 Seminários da SEPPIR. Um, em São Paulo, no dia 07 de maio, cujo tema era Mulheres Negras. E
34 um segundo que aconteceu em Porto Alegre, na sexta-feira passada, cujo tema era Juventude
35 Negra. Os seminários foram extremamente importantes. Outro informe diz respeito ao lançamento
36 que aconteceu lá em Porto Alegre do filme Raça, que tem três protagonistas negros, dois homens:
37 um, o Senador Paulo Paim e o cantor Netinho de Paula e uma Quilombola. E esse é um filme feito
38 pelo Joelsito Araújo e mais uma cineasta norte-americana, e esse filme é uma história de vida, é
39 um documentário, mas é um documentário muito lindo mostrando participação desses três líderes
40 negros. E a renda desse filme vai passar para a Fundação Baobá, que é uma fundação que vai
41 repassar para organizações negras fazerem os seus enfrentamentos na construção de uma
42 sociedade justa, igualitária. Em relação ao ato que visa tirar do Ministério da Cultura os projetos
43 destinados à população negra. **Conselheira Bárbara Angely (CEDRO)** – agradeceu pelo evento,
44 Brasil Cigano, maravilhoso, foi fantástico. Apesar de algumas contradições, mas foi tudo
45 tranquilo. O primeiro informou sobre um filme que o MinC passou no evento, O Gato Preto, o
46 filme, ao invés dele ajudar, falava sobre ciganos, esse filme vai ser passado em rede nacional, ele
47 praticamente discriminava. Falando que cigano é bruxo, passando o cigano amaldiçoando o povo
48 que está sendo cobrada pela liderança das comunidades ciganas. E a outra também, é que foi
49 distribuído um flyer da Assembleia de Deus e estava escrito assim: “Magia Negra, Espiritismo”.
50 Foi entregue na mão da Secretária Silvany Euclênio. **Conselheiro João Fernando (FENAFAL)** –
51 informou que no dia 19 de junho, é comemorado pela ONU o Dia de Luta da Pessoa com Doença
52 Falciforme. E a FENAFAL estará realizando vários eventos em todos os estados, começa a partir

do dia 06, no Rio, o primeiro encontro de mulheres, pela manhã, e homens à tarde. Apesar de que tem o jogo do Brasil. Mas, na semana do dia 19, vão acontecer vários eventos de rua e também palestras nos Hemocentros aqui em todo o Norte, Nordeste, Sudeste. Vão fazer palestras, panfletagem, estar com algumas tendas nas ruas, na Rua da Carioca, no Rio; estação do Metrô, em São Paulo, para fazer essa divulgação. **Conselheira Ana Cristina (UGT)** – registrou que foi de fundamental importância o processo desse seminário preparatório para a Conferência, tanto que alguns municípios do estado do Rio, eles aderiram à ideia e alguns municípios construíram os seus seminários temáticos antes até de estar organizando a Comissão para a Conferência. Informou que esteve presente no Seminário de Recife, de Trabalho e Desenvolvimento e, também, da Mulher Negra, no estado de São Paulo. Disse que no dia 23 de maio houve uma reunião no estado do Rio, com o Presidente da Fundação Palmares, Hilton Cobra, sobre a decisão do Juiz Federal do Maranhão, de suspender os editais direcionados aos produtores e pesquisadores negros. Essa reunião teve a presença de 180 lideranças do Movimento Negro do estado do Rio de Janeiro e, eles saíram com um encaminhamento de irem para três estados: Salvador, São Paulo e Porto Alegre. E, também, dentro dessa reunião, foi encaminhado também um processo que tramita no Congresso sobre a inconstitucionalidade da Lei 4.007, de 2002, que querem derrubar o feriado de 20 de novembro no estado do Rio. Mediante esses dois acontecimentos, solicitou que a SEPPIR tenha atuação dentro desses dois processos. E, também, do Conselho Nacional possam acompanhar essa trajetória na defesa contra a inconstitucionalidade do 20 de novembro no estado do Rio de Janeiro. A Comissão Organizadora estadual já foi formada e já houve a sua primeira reunião que foi no dia 23 de maio. **Conselheiro Ualid Hussein (FEPAL)** – Informou aos presentes que na condição de Conselheiro a quem se delegou a tarefa de estar presente em Porto Alegre no dia 24 para participar do Seminário Oportunidades para a Juventude Negra. Relatou que o Seminário foi interessante por vários motivos, dentre eles a alta qualidade teórica e científica do debate, por aqueles que se encarregavam de colocá-lo na condição de Expositores, bem como de parcela do debate proporcionado pelos que intervieram a partir da platéia presente, gigantesca, não coube na manhã, faltou lugar. Não há como você admitir que enquanto se debate avanços sociais nesse país, enquanto se debate Direitos Humanos nesse país, enquanto a Democracia avança galopante em diversos setores da vida nacional. Infomou do sucesso a II Missão Internacional de Solidariedade à Palestina partida do Brasil, a maior da história com 20 membros, que ficou na Palestina de 12 a 28, retornando no dia 28. A prisão de um imigrante, comerciante Libanês chamado Hamze Ahmad Barakat, em Curitiba, acusado de chefiar uma quadrilha que dava golpes em algumas indústrias, se tornou imediatamente, nos veículos de comunicação do Brasil. Imediatamente os veículos de comunicação no Brasil associaram esse sujeito com ligações com o Hezbollah Libanês, um partido político Libanês que tem um braço armado, devido à resistência que há naquele país e imediatamente associando esse grupo ao terrorismo, ou seja, grupo terrorista Hezbollah. Em primeiro lugar o Brasil não classifica o Hezbollah como terrorista, nem a União Europeia, que está sendo forçada agora a fazê-lo, e pretende fazê-lo exclusivamente em relação aquilo que classificam como o seu braço armado. **Conselheira Eliane (Suplente FUNAI)** – O informe é questão da nossa Conselheira Titular da Fundação Nacional do Índio, da qual eu sou Suplente, senhora Lea Rodrigues, então Coordenadora de Mulheres Indígenas com o novo Regimento interno da FUNAI 2012, passa a ser uma Coordenadora de Gênero, Assuntos Geracionais e Mobilização Social. Então dentro da nossa programação para esse exercício, nós estamos com uma agenda com a Secretaria de Política das Mulheres, de Política de Mulheres, a SPM, de dar continuidade aos 13 Seminários com os homens sobre direitos indígenas, focando a Lei Maria da Penha e o combate a todas as formas de discriminação e violências, será no dia 02 a 07 na Cidade de João Pessoa, com 45 indígenas do Sul da Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte e Ceará, Maranhão, Espírito Santo e Minas Gerais. **Conselheira Aida (Ministério do Meio Ambiente)** – informou sobre a realização da Conferência Nacional de Meio Ambiente em outubro desse ano. E que as Conferências Municipais estão acontecendo, também está no período das Conferências livres e das Conferências virtuais, em agosto vão ser as Conferências Estaduais. Convocou todos para participar, o tema dessa Conferência é Resíduos Sólidos, vai tratar da

1 Política Nacional de Resíduos Sólidos que está em fase de implementação, toda essa questão de
2 coleta seletiva, a correta destinação dos resíduos e a questão dos lixões. Considera importante que
3 o Conselho participe, que os Conselheiros participem e tem até uma reserva de vagas para os
4 Povos e Comunidades Tradicionais. **ITEM 4 – Aprovação da ordem do dia:** Foi aprovada a
5 ordem do dia. **ITEM 5 – Avaliação de Conjuntura Nacional: Tatiana Dias Silva,** Técnica do
6 Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Disse que para o ponto trouxe alguns elementos
7 para suscitar o debate e a discussão. A apresentação ficará disponível, quem quiser depois pode
8 copiar. Fez apresentação da Diretoria de Política e Estudo de Políticas Sociais e sendo
9 Pesquisadora no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, atualmente Coordenadora da
10 Área de Gênero e Raça, dentro da área de Políticas Sociais. Começou falando sobre desigualdades
11 raciais e dessa idéia fazer um balanço, apresentar os dados, algumas séries históricas para avaliar
12 como os dados socioeconômicos, alguns dados socioeconômicos têm evoluído ao longo do tempo.
13 Normalmente a série a partir de 92, para mostrar um pouco desse panorama, alguns dados
14 principalmente na área de educação e na área de trabalho. Depois um pouco sobre a Questão
15 Racial e Políticas Públicas, Avanços e Desafios e abrir para o debate, para considerações. Esse
16 gráfico ele está tentando mostrar um pouco da distribuição da população, segundo cor ou raça. Foi
17 muito debatido e discutido a partir dos resultados do Censo, que somos a maioria da população.
18 No Censo dá a população negra 50.74% da população entre pretos e pardos. Só que a PNAD, que
19 é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, ou seja, como o nome está dizendo é uma
20 avaliação censitária para, tenta pegar todas as pessoas, todas as situações. A PNAD, como o nome
21 também está dizendo, é por amostra, um dado amostral que tem ao longo de todos os anos, só não
22 tem quando tem Censo. Então a PNAD desde 2008, ela já mostra que a população. Primeiro ela
23 mostra que a população negra passa a ser maior que a população branca e depois que a população
24 negra passa a ser maioria. Já na PNAD 2011 a população negra corresponde a 51,03% o que
25 demonstra a tendência ainda de crescimento dessa série. Esse gráfico também deve ser muito do
26 conhecimento de vocês, ele vai apresentar a média de estudo da população de 15 anos ou mais de
27 idade por cor ou raça. O que é interessante, que a gente pode salientar desse gráfico e que vai
28 aparecer nos demais, é que a gente vai ver que a população branca está com a média acima lá em
29 azul, a população negra em vermelho, sempre abaixo. E parece que essa desigualdade ela sempre,
30 ela permanece ao longo do tempo, de 92 a 2011. E é verdade, o que o gráfico está nos mostrando é
31 a realidade. A média de estudos da população branca 8.5 anos de estudo, enquanto a média da
32 população negra é 6.9. Só que o que esse gráfico tracejado abaixo ali nos informa, é a razão de
33 desigualdade. A desigualdade, ela permanece mais ela tem diminuído, essa razão de desigualdade
34 é a taxa da população negra sobre a taxa da população branca, então a gente pode verificar lá que
35 em 92, a taxa de escolaridade da população negra média, a média de estudo era 65% da média de
36 ano de estudo da população branca. Já em 2011 ela passa a ser 81% na média de ano de estudo da
37 população branca. E o que quer dizer? Quer dizer que a gente tem o aumento de escolaridade para
38 os dois grupos raciais, com redução da desigualdade racial. Se a população negra antes, se ela
39 tinha escolaridade que representava 65% da população branca, hoje a escolaridade representa 81%
40 da população branca, a desigualdade reduziu nesse indicador. Agora esse daí, é 39 até 84, até lá a
41 população com 25 anos de idade em 2009. Então esse é um gráfico que mostra a média de anos
42 dos estudos por uma outra perspectiva que é, a gente pegou na mesma pesquisa de 2009, pessoas
43 com diferentes anos de nascimento. Então para tentar fazer um painel dentro da mesma pesquisa,
44 como na pesquisa na PNAD até o momento, agora a PNAD está mudando, a gente não tinha
45 possibilidade de ter um painel, pegando as mesmas pessoas ao longo dos anos, a gente tentou fazer
46 isso em uma pesquisa só, pegando várias pessoas de diferentes faixas etárias. E a gente identifica
47 também que você tem uma melhoria da escolaridade para todos os grupos, mas ainda com
48 persistência da desigualdade racial. Analisar como se posicionou a redução ou não, mas intensa ou
49 não, da desigualdade racial, é ao longo do tempo. Aí é a taxa de analfabetismo da população com
50 15 anos ou mais, a mesma coisa, a gente vê a taxa vem decrescendo ao longo do tempo, mas aí
51 nesse indicador a taxa de redução, a razão da desigualdade é bem inferior, o decréscimo. Se antes
52 a taxa de analfabetismo da população negra em 92 era 2,4x maior do que a população branca, a

1 gente reduziu um pouco essa diferença, mas reduziu ainda muito pouco. Ainda temos uma taxa de
2 analfabetismo da população negra 2,25x maior, é uma diferença ainda muito pequena para tanto
3 tempo transcorrido aí, tanto tempo, é um dos núcleos duros da desigualdade. Esse gráfico, os
4 outros gráficos ali da PNAD, a gente pegou a taxa de analfabetismo por faixa etária, é que todo
5 mundo sabe que nas fases de mais idade o analfabetismo é muito maior, e a gente vê que aí ele
6 persiste também a questão da desigualdade. A população negra lá em cima, com a taxa, com a
7 linha, a curva vermelha, a população com a taxa inferior, só que é o que esse gráfico por faixa
8 etária nos chama também a atenção e que as desigualdades raciais ainda nesse indicador que é tão
9 básico, que é a questão do analfabetismo, ele está se reproduzindo ainda nas faixas mais jovens,
10 mesmo a faixa mais nova tendo a taxa de analfabetismo muito inferior, muito pequenas ainda,
11 assim já bem mais reduzidos do que a média, normalmente a taxa da população negra, ainda assim
12 nas faixas mais jovens, é o dobro da taxa da população branca. Esse gráfico, ele vai mostrar as
13 pessoas que frequentam o Ensino Superior por cor ou raça, e por rede de ensino, se a gente se
14 atentar ali na 3ª e a 6ª faixa de colunas, a gente vai verificar que no início da década a gente tinha
15 76% da população branca frequentando o Ensino Superior e apenas 21. Dos que frequentavam o
16 Ensino Superior 76% eram brancos e 21% eram negros, quase 22. Passados 10 anos, até 2001 a
17 gente tem uma alteração significativa desse quadro, embora o nível de Ensino Superior que
18 também como os senhores e as senhoras sabem é um nível que guarda maior desigualdade entre
19 acesso mais restrito e por isso quanto mais restrito, maior o nível de desigualdade. A população
20 branca passa a representar 61% dos que frequentam Ensino Superior e a população negra passa de
21 22% no início da década para 38%, 37,7% no final, transcorrido nesses 10 anos. E aí a taxa de
22 frequência líquida, a taxa de frequência líquida são as pessoas que frequentam o ensino em uma
23 determinada etapa do ensino na idade considerada adequada, então a idade considerada adequada
24 para o Ensino Superior é de 18/24 anos, embora ninguém está inadequado se tiver estudando
25 depois disso. Mas é a faixa mais ou menos que se situa, considerando de seis a 17 anos dentro do
26 ensino, da educação básica, do Ensino Fundamental e 18 logo que sai do Ensino Médio a 24, é a
27 média. Então é por isso que a partir do final da idade adequada, para o final do Ensino Médio a
28 gente tem essa faixa de 18 a 24. A população branca, em 2011, 21% da população branca nessa
29 faixa etária estava frequentando o Ensino Superior, enquanto que 9,1% da população negra
30 também estava participando desse mesmo nível de ensino. A gente verifica ali, lá naquela linha
31 pontilhada que é a razão da desigualdade, a taxa da população negra sobre a taxa da população
32 branca, que a taxa da população negra ela passou de 21% da taxa da população branca lá em 92
33 para 43% da taxa em 2011. A gente teve uma redução dessa desigualdade, é verdade, mas a
34 desigualdade ainda é muito significativa, mesmo nesse nível. E é 43% a taxa correspondente que
35 ainda demonstra, apesar da redução da desigualdade, que constatou que para quase todas as
36 tabelas, análises dos indicadores que é a redução das desigualdades, é verdade, a gente não pode
37 dizer que não mudou, que não reduziu, que não está colocado. Teve redução significativa, mas
38 ainda com alto nível de desigualdade racial. A razão eu dividi a taxa da população negra sobre a
39 taxa da população branca, aí o que ela vai dar? Esse 0,21 quer dizer que taxa da população negra
40 correspondia a 21% da taxa da taxa da população branca em 92. Já em 2011 a taxa da população
41 negra, a taxa de frequência da população negra corresponde a 43% da população branca, então a
42 taxa da população negra aumentou. Ficamos menos desiguais, porque se antes a gente tinha só
43 21% do que os brancos gozavam, do que os brancos usufruíam, hoje a gente tem 43% em relação
44 ao Ensino Superior, à taxa de frequência, do que os brancos, de 92 a 2011. A gente tem 43% da
45 taxa do que os jovens brancos nessa faixa etária gozam, aumentamos? Aumentamos. Melhoramos?
46 Melhoramos, mas ainda estamos muito desiguais. Quando a gente vai analisar Ensino
47 Fundamental essa desigualdade ela é muito, a desigualdade, ela nem aparece em termos de acesso,
48 porque aí estamos analisando o acesso, a gente não está analisando qualidade, a gente não está
49 analisando permanência, a gente não está analisando desempenho, quais são os melhores cursos
50 que estão sendo frequentados, quais são as carreiras que estão sendo frequentadas, isso tudo a
51 gente pode analisar, mas aí a gente só está analisando acesso, no acesso já é desigual. No Ensino
52 Fundamental a taxa, a gente já tem quase uma igualdade, porque a taxa de frequência é muito, a da

1 população negra é mais de 90% da população, do que a taxa da população branca, quer dizer, que
2 a gente já está em um nível quase de igualdade de acesso. Mas aí a gente já desce para outro nível
3 de indicadores mais aprimorados, a gente vai analisar permanência, a gente vai analisar
4 desempenho, a gente vai analisar a qualidade do ensino que está sendo ofertado, infra-estrutura
5 das escolas, todos esses elementos. Esse dado ele também já vai nos mostrar, esse aí já não é de
6 série histórica não, é só do ano de 2010 também é dado do Censo. Qual é a participação da
7 população negra e branca com mais de 15 anos de idade, no Censo a gente procurou verificar qual
8 o nível de curso mais elevado. Aí se a gente voltar lá no Ensino Superior dos que concluíram o
9 Ensino Superior em 2010, 73% eram brancos e 24% eram negros. Parece uma escadinha, está
10 percebendo ali a escadinha da população negra, nós estamos adequadamente representados lá no
11 Ensino Fundamental, porque 51% são negros que concluíram até o Ensino Fundamental, já desce
12 para 44% dos que concluíram o Ensino Médio são negros. Já no Ensino Superior dos que
13 concluíram o Ensino Superior nesse ano, 73% eram brancos e 24% negros. Aí a gente já sai da
14 educação passa para os dados de renda e trabalho, esse aí é o percentual da renda de todas as
15 fontes de um trabalhador negro frente à renda de um trabalhador branco, trabalhador está pegando
16 os dois gêneros. E também como essa renda veio evoluindo ao longo do tempo, mas ainda a
17 desigualdade é muito grande, se em 95 nós tínhamos 49% da renda de um trabalhador branco nas
18 mesmas condições, em 2011 essa desigualdade, ela cai, porque nossa renda aumentou, a renda da
19 população negra passa a representar 59% da renda de um trabalhador branco, mas a desigualdade
20 ainda é. Mas aí o segundo gráfico já desconstrói essa lógica, ou pelo menos essa linha de
21 raciocínio, porque a gente vai mostrar a desigualdade de rendimento entre brancos e negros no
22 mercado de trabalho por faixa de ano de estudo. Então mesmo tendo a mesma escolaridade o
23 trabalhador negro ganha menos que o trabalhador branco. Ela sempre foi assim, porque se a gente
24 vai analisar o rendimento por nível de escolaridade e até por esse gráfico, embora não tenha esse
25 objetivo, você verifica que quem tem mais escolaridade ele acaba recebendo mais. Agora, mas via
26 de regra, mas também a gente tem um ganho no mercado de trabalho da formalização e da
27 melhoria das condições do mercado de trabalho de uma forma geral, então a gente também está
28 carecendo de fazer uma análise. Para identificar se essa, que está na nossa agenda de pesquisa, que
29 essa melhoria do mercado de trabalho, ela favoreceu a população geral branco e negro é verdade.
30 Agora, se reduziu à desigualdade racial, a gente vai ter que identificar, se essa redução se dá
31 mesmo, ela está dentro da série histórica antes da melhoria dos postos de mercado de trabalho ou
32 se ela, essa melhoria, ela foi uma melhoria tanto para todos como teve uma redução da
33 desigualdade. É um estudo que está na nossa agenda. Assim, e tem outras análises que a gente, por
34 exemplo, desagrega esse mesmo dado, não só entre população branco e negro, mas entre branco,
35 negros, homens e mulheres, e também é uma outra questão que todo mundo já sabe que a mulher
36 negra está na base da pirâmide. Porque dentro dos mesmos níveis de escolaridade os homens,
37 tanto os negros como os brancos, eles recebem mais do que as mulheres, aí vem assim, o homem
38 branco por nível de escolaridade. Por exemplo, se tiver todo mundo no nível superior, o homem
39 branco vai receber mais, o homem negro depois, a mulher branca e depois a mulher negra, no
40 mesmo nível de escolaridade. Agora quando a gente junta uma análise geral à mulher branca, ela
41 passa do homem negro, porque a mulher branca tem maior escolaridade nos agregados do que o
42 homem negro. O homem negro no quesito escolaridade está na base da pirâmide, está atrás da
43 mulher negra. Na escolaridade. A mulher, isso é verdade, e a mulher branca está lá na ponta da
44 pirâmide na escolaridade, a maior escolaridade é da mulher branca. E aí para gente ver como as
45 mulheres estão no topo da escolaridade, mas estão na base dos rendimentos. Tanto da segregação
46 na ocupação do mercado de trabalho. Se você, a gente sabe que as Instituições de Ensino que tem
47 mais atividades de pesquisa, de extensão, que é um ambiente que vai favorecer mais o indivíduo a
48 ingressar na atividade docente, na atividade acadêmica, é a Instituição Pública. Se ele tem essa
49 segregação dentro da Instituição Pública, tem um reflexo disso também nos postos de ocupação.
50 Não é uma regra geral, mas a gente sabe que não são todas as Instituições Privadas que estimulam
51 esse encaminhamento para a área da Docência. É a questão da estratificação, que se consolida na
52 ocupação dos cargos no mercado de trabalho, mas ele já começa muito antes. Minhas escolhas já

1 são condicionadas, desde o meu ponto de partida, então eu não vou me candidatar mesmo com
2 programas, ou eu tenho menos restrições para me candidatar a cursos, a carreiras que limitem
3 minha possibilidade de trabalhar. Demandem materiais, que eu tenho que adquirir durante o curso,
4 demandem mais tempo de formação isso já cria. Minhas escolhas já são condicionadas pelo meu
5 ponto de partida. Então, eu não vou me candidatar mesmo com programas, ou eu tenho menos
6 restrições para me candidatar. É claro que a gente estratificar dados de ingresso no ensino superior,
7 não vai ter claro ali. Quais são as ocupações que ocupam a população negra? Quais são as
8 carreiras que têm mais frequência da população negra e mais frequência da população branca? Na
9 mesma questão, se a gente for pegar os ocupados no mercado de trabalho, que a gente tem uma
10 segregação muito significativa. Quando eu vou analisar pessoas, homens brancos, mulheres
11 brancas com mais de 11 anos de estudo, que têm ensino superior completo e um homem branco, a
12 maioria vai ter quais são as carreiras que eles estão ocupando, quando fui verificar as mulheres
13 negras com ensino superior completo, quais são as carreiras que elas estão ocupando? Só na
14 carreira, já está me dando um nível de desagregação que vai compor essa desigualdade de
15 rendimento. Quando eu pego o Setor de Atividade Comum, quando ela está colocada, o nível das
16 firmas e onde eles estão empregados, se estou na pequena empresa, na firma individual, ou se
17 estou na grande empresa e o nível na posição na hierarquia. Essa desigualdade de rendimentos tem
18 todos esses componentes. E também tem o componente da discriminação, o componente do
19 racismo, que permeia todas essas fases, mas que também se coloca presente no mercado de
20 trabalho. Quando a gente tem estudos, que a gente pega assim: pessoas com o mesmo nível de
21 escolaridade, com o mesmo sexo, trabalhando no mesmo setor de atividade e com mesma idade
22 para equivaler o mesmo tempo de experiência, só difere a cor; que a gente ainda tem, na faixa de
23 uns 30% de desigualdade de rendimento. Então, o que justifica? Tem um estudo que a gente fez
24 uma pesquisa sobre as cotas no serviço público, na verdade, na Administração Pública. São cotas
25 na Administração Pública e para ingresso na Administração. E a gente começou a estudar mais a
26 participação por sexo, cor ou raça na Administração Pública, e verificamos que as mulheres estão
27 subrepresentadas na Administração Pública. O que é isso? Entre as mulheres, veja: o percentual de
28 mulheres ocupadas, que estão trabalhando, pode ser por conta própria, empregada, empregada
29 com carteira ou sem carteira, que estão ocupadas, trabalham no mínimo tantas horas por semana e
30 está na semana de referência, tem um nível maior, uma representação maior das mulheres no
31 serviço público. Vou te dizer: é bom, não é? Dez mulheres no serviço público. Quando a gente vai
32 analisar, tanto negras como brancas, mais as brancas, aí quando a gente se agregar ao serviço no
33 setor público federal, no setor público estadual e no setor público municipal. E as mulheres negras,
34 maciçamente, concentradas no serviço público municipal. Já no serviço público federal, via de
35 regra, a gente sabe que tem estados que pagam até melhor, mas não é a realidade. E, via de regra,
36 tem rendimentos superiores às outras duas esferas. Mulher, mesmo, 63% das ocupadas no serviço
37 público estão no nível municipal. E estão em que ocupações? Na educação, na saúde e nos
38 serviços sociais. 60% das mulheres ocupadas no serviço público estão nessas ocupações; já, 60%
39 dos homens estão nas ocupações chamadas de Administração Pública federal. Não só de chefia,
40 mas nas áreas administrativas, vamos dizer assim, que acaba na própria gestão do Estado nas
41 outras áreas. E já nas áreas de serviços sociais, da educação e da saúde estão as mulheres. O
42 Governo tem condições de fazer isso, ele já tem acesso a esses dados, embora ainda tenha um
43 nível de subnotificação de cor ou raça de um quarto, 27% dos funcionários, por exemplo, do
44 serviço federal, embora tenha no nosso registro a possibilidade de marcar a cor, mais de 25% não
45 marca; então, o que prejudica um pouco a nossa análise. Como a gente está trabalhando aqui,
46 como tem essa subnotificação, a gente está trabalhando com os dados da Pesquisa Nacional do
47 IBGE. Como a gente está analisando as cotas do serviço público, a gente está agregando às áreas:
48 qual é a participação negra das mulheres, por nível de execução no setor público federal, no setor
49 público estadual, no setor público municipal e por área. É um estudo que tem assim: DAS,
50 Homens e Mulheres na Administração Pública Federal. É uma nota técnica. Ela avaliou essa
51 questão dos DAS e da distribuição dos DAS, de uma forma geral; avaliou e fez uma pesquisa
52 específica para a carreira de Gestor. Mas, ela teve muita dificuldade de analisar a questão racial,

1 no geral, por causa da subnotificação. E esse estudo foi interessante, porque ela trabalhou, que ela
2 coloca logo início do relatório e identificava assim: “*O que a gente tem de informação?*” E, a
3 maioria das pessoas, dos servidores, das pessoas, profissionais dedicados à área da educação são
4 mulheres. Ela falou assim: “*É tudo em uma área, que é predominantemente ocupada por*
5 *mulheres*”. Visualmente. Mas, foi uma pesquisa bastante interessante, suscitada por essa
6 curiosidade, só na observação. Então, só para dar um panorama geral do que a gente tem
7 observado; e ratificar que é muito importante, que esses dados são panorâmicos, são dados gerais,
8 mas, a gente tem algumas áreas tendo que se debruçar, mesmo, para estratificar, para ver setor de
9 atividade, porque a desigualdade. Para ver o que justifica, onde é que moram as pessoas da
10 desigualdade. A redução, a gente pode perceber a redução das desigualdades raciais com a
11 persistência de elevada desigualdade entre brancos e negros; uma melhoria nos Indicadores
12 Sociais para todos os grupos; uma reprodução das distâncias e das hierarquias sociais e raciais.
13 Então, porque, acho que aquele dado da reprodução do analfabetismo, mesmo nas taxas mais
14 jovens, eles mostram isso e a reprodução da segregação das ocupações, das carreiras; elas acabam
15 mostrando um pouco da reprodução dessas distâncias. Porque precisamos de uma política de
16 igualdade racial, que dentro desse cenário, a gente verifica que não se reduz a uma questão
17 econômica. Não se reduz uma área nesse histórico, porque elas se reproduzem no dia-a-dia,
18 cotidianamente nos dados. Têm mecanismos que precisamos analisar e desmontar de reprodução
19 dessas desigualdades permanentemente, que são resistentes às políticas universais; A gente
20 verificou aí, ao longo do tempo e são frutos de fenômenos que estão atuando na sociedade,
21 preconceito, discriminação e racismo; que interferem tanto no momento da discriminação, mas em
22 toda trajetória dos indivíduos. É um componente, a discriminação é um componente no acesso
23 desigual a direitos e a oportunidades, dificulta a ação das políticas de redução das desigualdades.
24 Até nos próprios questionamentos, as contestações das políticas aos direitos; a questão da
25 intolerância religiosa; mas, em vários outros campos dificulta a mobilidade ascendente, porque a
26 gente tem visto ganho de mobilidade ascendente, mas ainda em um ritmo menos acelerado do que
27 nós desejamos, do que a nossa sociedade precisa; criam obstáculos para o acesso e usufruto das
28 oportunidades; e, reforça uma composição racial da pobreza que tanto nos atrapalha na nossa
29 discussão racial. Então, o nosso empreendimento é contra o racismo, o preconceito e a
30 discriminação nas suas formas, tanto direta como indireta e um pouco das ações que têm se
31 colocado para enfrentar cada um desses problemas. Então, as ações valorizativas, que vão ao
32 encontro do imaginário social e busca desconstruir o racismo; as repressivas, voltadas,
33 principalmente, à discriminação direta, às afirmativas, ao combate ao racismo institucional e à
34 discriminação indireta. É lógico que os efeitos dessas ações não são assim tão instantes como eu
35 estou falando, porque quando a gente tem uma ação repressiva contra o racismo, a gente, também,
36 está desconstruindo o imaginário social. Quando a gente, também, está desconstruindo o
37 imaginário social, a gente, também, está reduzindo a discriminação direta e vice-versa. Aqui,
38 também, a gente trouxe um pouco desses elementos de um texto que a gente trabalhou, sobre a
39 trajetória das Políticas de Igualdade Racial; para dizer que a política que a gente teve no século
40 XIX, a primeira legislação normativa, então antirracista, com todos os percalços históricos que a
41 gente conhece, que na verdade não tendia nem necessariamente tanto de atender a população
42 negra do racismo, foi mais uma resposta à questão internacional; a Lei Afonso Arinos, depois com
43 todo século impermeado, antes, durante e depois. A atuação sobre o Movimento Social Negro, a
44 Posição Internacional Contraditória. Porque é uma citação que me chama tanta atenção, até hoje
45 eu leio e releio e me chama atenção. Não sei se todo o mundo conhece, porque eu acho que é a
46 Posição Internacional Contraditória está relacionada ao fato de que o Brasil negava internamente o
47 racismo e no exterior se posicionava contra o *apartheid*, a favor dos Direitos Humanos, Juracy
48 Magalhães, que foi Ministro de Estado das Relações Exteriores e Representante do Brasil na
49 Assembleia Geral da ONU, em 1966. Eu encontrei essa passagem na tese de Doutorado do
50 Diplomata Sílvio de Albuquerque e Silva, não sei se vocês o conhecem, que era Diretor de
51 Políticas de Temas Sociais do Itamaraty e Diplomata negro e que está agora como Chefe de
52 Gabinete do Joaquim Barbosa. A tese dele é O Combate ao Racismo, uma tese maravilhosa.

1 Juracy Magalhães, nosso representante do Brasil, Ministro das Relações Exteriores, em 1966. “No
2 campo dos problemas sociais e das relações humanas, o Brasil orgulha-se de ter sido o primeiro
3 país a assinar a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de
4 Discriminação Racial, aprovada pela última Sessão da Assembleia Geral. Dentro das fronteiras
5 do Brasil, na realidade, tal documento não seria tão necessário, uma vez que o Brasil é, há muito
6 tempo, um exemplo proeminente, eu diria até o primeiro, de uma verdadeira democracia racial,
7 onde muitas raças vivem, trabalham juntas e se mesclam livremente, sem medo ou favores, sem
8 ódio ou discriminação. Nossa terra hospitaleira há muito, tem estado aberta aos homens de todas
9 as raças e de religiões”. De religiões, “Ninguém questiona qual possa ter sido o lugar de
10 nascimento de um homem ou de seus antepassados e nem se preocupa com isso. Todos possuem os
11 mesmos direitos, estando igualmente orgulhosos de serem partes de uma grande nação. Embora a
12 nova Convenção seja fonte supérflua, no que concerne ao Brasil, nós já a recebemos com alegria,
13 para servir de exemplo a ser seguido por outros países que se encontrem em circunstâncias menos
14 favoráveis”. Para você ver qual era a posição do Brasil nesse período e que permeou durante
15 muito tempo, tanto essa contradição em relação ao cenário externo e à negativa do racismo, e essa
16 visão do paraíso hospitaleiro internamente. E isso, muito falando sobre a função do Governo e a
17 responsabilização do Governo pela questão governamental, pela questão do racismo, embora isso
18 dentro da sociedade, do Movimento Social Negro, dos intelectuais, da Academia, se estivesse
19 muito presente; mas se já estivesse presente na Academia. Mas, na Constituição Federal que a
20 gente vê grande parte desse reconhecimento, o racismo como crime, e de várias outras conquistas
21 em termos culturais; a questão do direito ao acesso à terra quilombola, entre outros. A criação da
22 Palmares, no mesmo ano; as Leis de Combate à Discriminação Racial; a Marcha do Movimento
23 Social ainda cobrando uma postura mais ativa do Estado; o GT que foi criado logo após a Marcha
24 do Zumbi dos Palmares. A criação no Ministério do Trabalho; dos Núcleos de Combate à
25 Discriminação. É um atendimento à demanda da Organização Internacional do Trabalho a partir
26 da criação desses grupos, que também, hoje em dia, já não tem mais atuação. Os Núcleos de
27 Combate à Discriminação, hoje, estão muito mais voltados para a questão da pessoa com
28 deficiência, do que, efetivamente do combate ao racismo. Em 2001, a Conferência de Durban;
29 2002, o Decreto 4.228, que criou o Programa Nacional de Ações Afirmativas, que teve pouca
30 implementação, não sei se todo o mundo sabe que a partir desse Decreto, alguns Ministérios
31 adotaram cotas nos cargos em comissão, porque o Decreto previa que o Governo Federal deveria
32 estabelecer metas para inclusão em cargos comissionados da população de afrodescendente, era
33 chamada nessa época; de mulheres, de pessoas com deficiência em alguns Ministérios, Ministério
34 da Justiça, o MDA implementaram isso de uma vez só, com iniciativa só e depois não foram mais
35 implementados. Desse programa, o que permaneceu foi o programa do Itamaraty, de Bolsa Auxílio
36 para Afrodescendente, para ingresso na Carreira Diplomática. Depois, a criação, em 2003, da
37 SEPIR. Uma linha do tempo, a gente vê uma intensificação da posição das ações voltadas à
38 promoção da igualdade racial e combate ao racismo, na agenda governamental. Então, aqui eu
39 estou muito focada na questão do balanço no último período, mas também, na iniciação da agenda
40 governamental. A partir de 2002, o começo de uma difusão das cotas nas instituições de ensino
41 superior públicas; as cotas para ingresso na Administração Pública, também nesse período. Então,
42 a primeira iniciativa que a gente teve de Jundiá foi em 2004. Por que não teve tanta divulgação e
43 debate sobre essa questão? Talvez, até porque nesse período, uma das questões, como já foi
44 colocado aqui, a gente tivesse pouco concurso, então não tivesse esse impacto, logo imediato.
45 Mostra um acúmulo de ações, a partir da assunção, para a agenda governamental, na questão racial
46 uma série de iniciativas, algumas puxadas em nível nacional e outras autônomas em
47 reconhecimento, a partir de Duban, a partir da Constituição, a partir desse reconhecimento da
48 responsabilização do Estado em todos os níveis, sobre a questão racial; como essa questão racial
49 vão tomando forma dentro dos governos, as cotas no ingresso na Administração Pública; o
50 programa institucionalizado; o Programa de Afirmativas no Instituto Rio Branco. Em 2003, a Lei
51 10.639, o Decreto 4.887, da questão Quilombola; em 2004, a criação do Programa Brasil
52 Quilombola. A igualdade racial passa a ser um objetivo expresso no PPA. Quando a gente foi

1 analisar a igualdade racial nos dois últimos PPA's. Porque todo PPA traz objetivos, as diretrizes, as
2 macrodiretrizes do Governo. Então, o primeiro, embora já tenha tido um reconhecimento
3 governamental anterior, é o primeiro que apresenta como um dos objetivos do Governo, junto com
4 a igualdade de gênero, a promoção da igualdade racial. Desde o PPA de 2004, 2007, 2008 e 2011.
5 A pesquisa que a gente fez só foi de cota no serviço público. Até porque, como não tem cota no
6 serviço federal, é o federal que coloca essa isenção para o público do Bolsa Família; mas, é
7 possível fazer, desde que você tenha um cadastro socioeconômico bem feito para das instituições
8 que organizam o concurso público. É possível você analisar; agora, você precisa perguntar isso, se
9 você não perguntar a cor ou raça, quando o indivíduo se inscreve. Igualdade Racial; Prouni; a 1ª
10 Conferência; a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra; o Estatuto. A gente
11 poderia colocar várias universidades que começaram adotar cota, nesse período de 2007 a 2009. 1ª
12 Conferência, o início da política de cotas. O Estatuto da Igualdade Racial; o julgamento da ADPF
13 186; a Juventude Viva. Porque, além do reconhecimento da questão racial, eu acho que também é
14 um marco do reconhecimento da questão da mortalidade, o Estado reconhecer, mesmo com todas
15 essas dificuldades a mortalidade com recorte racial. E, a Lei das Cotas. As Ações de
16 Inconstitucionalidade. Para cada uma dessas ações, a gente pode fazer uma linha do tempo dos
17 percalços, também, que foram colocados. Eu acho que é essa questão também das contestações,
18 dos ganhos, das formas que a política vai se constitucionalizando a ação. A gente poderia passar
19 um tempo aqui, discutindo cada uma dessas políticas, quais foram às concessões, quais são as
20 dificuldades de implementação e de institucionalização. Quais são os avanços e desafios? A gente
21 tem uma melhoria, isso que a gente já falou, nos indicadores; redução das desigualdades com
22 elevada, há ainda distância, disparidades entre os indicadores, mas ainda reforçando a
23 insuficiência das políticas necessidades de ações afirmativas cirúrgicas, estratificando,
24 intensificando onde há desigualdade, quais são as áreas que as políticas não chegam. Mesmo as
25 ações afirmativas, quando a gente está falando na questão da cota e na Lei de Cotas foi criado um
26 Comitê, entre a SEPIR e o MEC e a FUNAI, para fazer esse monitoramento fino das cotas, onde
27 as pessoas da população negra estão entrando; quais são as dificuldades, em termos de
28 permanência. Como o MEC está estruturando junto com a SEPIR essa Comissão e também e
29 avaliando todos esses elementos, essas políticas. Porque nas políticas, além da universalização,
30 que embora, a gente tenha sempre reforçado a insuficiência, em vários Fóruns, dentro do próprio
31 Governo, porque desde 2004 não reconhece a igualdade racial como uma das diretrizes. Em
32 muitos Fóruns você ainda vê o discurso, "*Não, mas universalização vai dar conta.*" Então, é uma
33 luta contínua. E metas para redução da desigualdade racial, porque é uma luta que vem
34 empreendendo há muito tempo, junto a outras áreas, buscar não só um envolvimento, uma gestão
35 transversal da igualdade racial, mas também metas e compromissos para redução das
36 desigualdades. Importante também e é nesse quesito, o Conselho tem um papel fundamental do
37 acompanhamento e do monitoramento e avaliação dessas políticas, levando em consideração a
38 redução das desigualdades raciais nesses vários aspectos mais refinados; o enfrentamento ao
39 racismo institucional, que permite e reproduz e cria mecanismos de reprodução das desigualdades.
40 Mesmo assim o enfrentamento ao racismo institucional é fundamental, mas o acesso é constante.
41 E a institucionalização da política e transversalidade. Nessa questão da institucionalização da
42 política, estou falando tanto da descentralização da política, e que vocês têm discutido a partir da
43 implementação do SINAPIR, e da desconcentração da política dentro dos vários níveis
44 governamentais, entendo que a política promoção da igualdade racial, embora tenha um Órgão
45 Coordenador que é a SEPIR, mas é uma política do Governo, de todas as pastas; e esse exercício
46 é fundamental na concepção das políticas, mas também no acompanhamento e no monitoramento.
47 A formalização da política, no momento a gente tem colocado, cada vez mais em termos de leis,
48 de normativas, de regulamento, mas como ainda a gente se depara com a questão da
49 implementação de uma lei, como a 10.639, que já está há 10 anos. E, as dificuldades de se
50 implementar até o que já está formalizado há muito tempo. O desafio do PPA, o Plano Plurianual;
51 todos os Governos elaboram os planos para os quatro anos seguintes, e como dentro do PPA, tanto
52 você incluir as ações de igualdade racial, como você monitorar como as ações, principalmente as

1 outras pastas, estão lidando com a questão da igualdade racial, porque é uma ação que tem
2 Assistência Técnica Rural para a população Quilombola, está claro para quem se destina. Mas,
3 quando eu pego qualificação do trabalhador, como é que essa ação está lidando com a questão da
4 igualdade racial? Que trabalhador é esse, quais são os indicadores relacionados à população negra,
5 mas não só de acesso, mas de tipos de qualificação que o trabalhador negro está acessando; mas
6 não só esse tipo de qualificação. Mas, qual é o perfil em torno de inserção no mercado desse
7 trabalhador que recebe essa qualificação? A gente debate sempre da necessidade de aprimorar
8 esses instrumentos de acompanhamento de controle, que não só foram pensados para a política
9 originalmente, para políticas como as que a gente acompanha; as políticas fundamentais. Que
10 todos esses avanços foram acompanhados de contestações e dificuldades de implementação que se
11 fazem presentes no nosso dia a dia. E, trazer o que vocês estão muito mais debatendo, e a questão
12 do tema da CONAPIR, A Democracia e o Desenvolvimento, porque trago uma citação. Mas, acho
13 que o tema se coloca muito apropriado, quando a gente traz essa constatação, de que a política da
14 igualdade racial em curso ainda não conseguiu alcançar, alçar essa temática, a centralidade das
15 estratégias de desenvolvimento nacional, embora já tenha conquistado. Como a gente viu ao longo
16 do tempo, um espaço na agenda governamental tem saído apenas da presença na agenda pública
17 para a agenda governamental. Ela não conseguiu, ainda, alcançar essa centralidade, nem mesmo
18 estando indicadas nas diretrizes do PPA do Desenvolvimento do Governo. É inegável o avanço nas
19 últimas décadas. Se a igualdade racial, antes, não era nem admitida, como a gente viu aqui no
20 discurso do artigo do Ministro das Relações Exteriores; hoje, além das ações governamentais
21 relativas à promoção da igualdade racial, verifica-se debate ampliado sobre o tema e incremento
22 substancial de iniciativa de valores de matriz africana na sociedade brasileira. Porque os negros
23 permanecem como menos beneficiários pelos progressos usufruídos pelo conjunto da população
24 em que pese à redução dos indicadores do período em voga. Informou que o *site* de igualdade
25 racial, www.ipea.gov.br/igualdaderacial, reúne todas as publicações do IPEA com a temática da
26 igualdade racial. Elas estão disponíveis para serem baixadas, gratuitamente, não precisa fazer
27 cadastro. E, também, tem uma parte de indicadores, que tem uma série de planilhas, vocês podem
28 baixar, alterar gráficos e trabalhar com as planilhas que estão também desagregadas por sexo, cor
29 ou raça e várias áreas sociais. Após apresentação, foi concedida a palavra para o Pleno. **ITEM 6 –**
30 **Agenda das questões raciais no Parlamento: Artur Antonio**, Assessor Parlamentar da
31 SEPP/PR, fez um breve agradecimento e informou quais são as principais demandas que tem
32 envolvido a SEPP/PR no Congresso Nacional. Regulamentação da Lei das domésticas. A PEC 215,
33 a PEC do trabalho escravo; PEC 4471 que trata da questão do auto de resistência, a CPI de
34 demarcação de terras quilombolas e terras indígenas. Quer dizer, dar um panorama um pouco
35 dessa ordem hoje no Congresso. E por último ainda discutir a posição do CNPIR sobre o PLC 122
36 de 2006 que propõe alteração na Lei 7716. Foi entregar para vocês também uma nota informativa,
37 fazendo a contextualização, trazendo mais informações sobre esse projeto de Lei que criminaliza a
38 homofobia, e que há possibilidade de alterar a Lei 7716. A idéia é envolver o CNPIR na agenda do
39 Congresso e que possa contribuir com sugestões, críticas e etc. Após apresentação, foi concedida a
40 palavra para o Pleno. Foi aprovado reunião com o Senador Romero Jucá, no dia 28 de maio, para tratar
41 sobre a PEC das Trabalhadoras (as) Domésticas (as). **ITEM 7 – Apresentação do Plano Nacional de**
42 **Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana:**
43 Secretária **Silvany Euclenio**, Secretária de Políticas para Comunidades Tradicionais –
44 SECOMT/SEPP/PR. Apresentou o Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos
45 e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana. A Secretária de Políticas para Comunidades
46 Tradicionais da SEPP/PR, como missão é articular os Órgãos Federais, Estaduais, Municipais para
47 as políticas voltadas para Povos e Comunidades Tradicionais. Trabalha com três públicos
48 prioritários: O público Quilombola, que é uma pauta que já está consolidada na Esplanada, que os
49 Ministérios já garantem metas do PPA, iniciativas, ação orçamentária. O que chamamos de Povos
50 e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e os Povos Ciganos, que é uma pauta bem mais
51 recente e que teve um acampamento cigano de uma semana em Brasília para o diálogo do
52 Governo Federal, com esse seguimento populacional e tivemos também dentro desse

1 acampamento a Plenária temática preparatória para a CONAPIR. A questão dos Povos e
2 Comunidades Tradicionais, a dificuldade de trabalhar a pauta dos chamados Terreiros, ou Afro-
3 religiosos na Esplanada é muito grande, não só na Esplanada, porque embora preconizemos um
4 Estado Laico, sabemos que ao fundo e acabo o Estado não é Laico e que a demonização das
5 Tradicionais de Matriz Africana acaba gerando, talvez a parte mais violenta do racismo
6 institucional, que é de negação absoluta desses valores e desse seguimento populacional. Como
7 trabalhar essas Tradições de Matriz Africana dentro do Estado, recuperando a sua verdadeira
8 dimensão e não trabalhar com os religiosos com a sua relação específica com o sagrado, enquanto
9 o Estado que pretendemos que seja Laico? Buscamos a resposta no Decreto 6040 de 2007, que no
10 Artigo 3º Inciso I, define o que são os Povos e Comunidades Tradicionais: “*Grupos culturalmente*
11 *diferenciados, que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social,*
12 *que ocupam e usam Territórios e recursos naturais e tal”*. Vocês veem que essa definição, o
13 aspecto religioso é um elemento dentro daquilo que define o que efetivamente são os Povos e
14 Comunidades Tradicionais. Alguns grupos são considerados como Povos e Comunidades
15 Tradicionais ou Povos ou Comunidades Tradicionais, entre eles estão os Povos Indígenas, as
16 Comunidades Quilombolas, os Povos de Cultura Cigana, Marisqueiros, Pescadores Artesanais,
17 Fundo de Pasto, ou seja, grupos humanos que se desenvolveram em um país com características
18 próprias. Buscamos os elementos dentro do Decreto 6040 para dialogar com Lideranças do Brasil
19 todo, tivemos uns oito diálogos, tanto aqui em Brasília como fora de Brasília de 2011 até, mais
20 recentemente, até início de 2013, ou melhor, final de 2012, 2013 já foi o lançamento dos
21 resultados desses diálogos. Cada elemento do Decreto que a gente apresentava, essas Lideranças
22 se sentiam identificadas, automaticamente e percebiam a perda que era essa construção limitada de
23 todo modo de vida ser caracterizada apenas como religião. O objetivo geral da Política Nacional
24 para Povos e Comunidades Tradicionais é promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e
25 Comunidades Tradicionais com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantias dos seus
26 direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos, culturais com respeito e valorização a sua
27 identidade, suas formas de organização e suas instituições. Valorizar as formas tradicionais de
28 educação, as formas próprias de transmissão de saber. Proteger, reconhecer e promover os direitos
29 dos Povos e Comunidades Tradicionais, seus conhecimentos, suas práticas. Garantir apoio para
30 formalização institucional das Associações organizadas por essas Comunidades e o outro que eu
31 coloquei que é garantir a inclusão produtiva com a promoção de tecnologia sustentável,
32 respeitando a forma de organização social. Ele traz um conjunto de ações pactuadas entre os
33 Ministérios, em diálogo com a Sociedade Civil, respondendo a muitas das questões que já estavam
34 colocadas no relatório da I CONAPIR, da II CONAPIR, de Plenária e de Seminários. A define
35 essas Comunidades chamadas de Terreiro como Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz
36 Africana, grupos que se organiza a partir dos valores civilizatórios e da cosmovisão trazidos para o
37 país por africanos, para cá transladados durante o sistema escravista, e que representam um
38 contínuo civilizatório Africano no Brasil, constituindo Territórios próprios, caracterizados pela
39 vivência comunitária, pelo acolhimento e prestação de serviço a Comunidade, continuando. Uma
40 grande demanda desse seguimento é mapeamento. Dos mapeamentos que temos alguns dados,
41 para vocês terem uma visão de como esse grupo se caracteriza, este é resultado do mapeamento
42 feito em quatro Regiões Metropolitanas Recife, Belo Horizonte, Porto Alegre e Belém do Pará.
43 Que resultou em um livro “O Alimento Direito Sagrado”, foi uma parceria do MDS com a
44 SEPPPIR, em que o MDS obviamente entrou com o maior valor e a SEPPPIR modestamente com a
45 sua contribuição dentro do seu orçamento. O resultado nos diz o seguinte: 72% das Lideranças são
46 pretas ou pardas, se autodenominam, pretas ou pardas; 56 são mulheres, 43.4% vivem com até um
47 salário mínimo e 71% vivem até com dois salários mínimos. Uma proposta de até 2015 mapear
48 todas as Regiões Metropolitanas do país. Não é um mapeamento barato, porque o Estado... Eu sei,
49 por exemplo, que na Paraíba Mãe Tuca por iniciativa própria e com um pouquinho de dinheiro
50 mapeou, mas Estados vocês sabem que precisa trabalhar com licitação, e isso muitas vezes onera e
51 muito. As quatro Regiões Metropolitanas mapeadas, o valor total foi de R\$ 1. 300.000.00, temos
52 um mapeamento feito pela PUC do Rio, foi R\$ 500.000,00. Após apresentação, foi concedida a

1 palavra para o Pleno. **ITEM 8 – Sérgio Pedro da Silva (Secretário Executivo do Conselho**
2 **Nacional de Promoção e Igualdade Racial – CNPIR)** – Relatou sobre construção da III
3 CONAPIR. A SEPPIR internamente começou a fazer a discussão preparativa já em 2012 para dar
4 início a esse processo de Conferência, várias reuniões em 2012 e a partir de janeiro na primeira
5 reunião do ano do Conselho, com a participação à convite do CNPIR dos Gestores Estaduais onde
6 debateu o Regimento Interno da III Conferência e a partir daí teve o processo de Conferência na
7 rua. Além disso, a SEPPIR realizou os seminários temáticos, o primeiro foi no dia 21 de março
8 aqui em Brasília, os 10 anos da criação da SEPPIR, o tema foi: “*Democracia e Desenvolvimento*
9 *por um Brasil Sem Racismo.*” O de Salvador foi: “*A Representação Política e Enfrentamento ao*
10 *Racismo*”, no dia 19 de abril. Em Recife no dia 26 de abril, o tema foi: “*Trabalho e*
11 *Desenvolvimento – Capacitação Técnica, Emprego e População Negra*”, em São Paulo dia 7 de
12 maio, o tema foi: “*Desenvolvimento e Mulher Negra,*” em Belém, 17 de maio: “*Territórios*
13 *Tradicionais Negros – Desenvolvimento e Enfrentamento ao Racismo*” e o último em Porto
14 Alegre, no dia 24 de maio, o tema foi: “*Oportunidades para a Juventude Negra*”. O processo da
15 Conferência, começou a partir dessa discussão do Regimento e dos Seminários. No dia 17 de abril
16 foi publicado o Decreto Presidencial que do ponto de vista formal passou a existir a Conferência,
17 convocada pela Presidenta da República Dilma Rousseff. E no final do mês de abril, dia 30 foi
18 publicado a Portaria do Regimento Interno pela Ministra Luiza Bairros. A Comissão Organizadora
19 ela fez a sua primeira reunião no dia 10 de abril, onde a Comissão, onde aprovou um cronograma
20 de trabalho. A Subcomissão de metodologia realizou duas reuniões e nessas duas reuniões A
21 Subcomissão de Comunicação fez uma reunião com a Sociedade Civil e o governo, tiraram uma
22 proposta de plano de trabalho, foi definido uma proposta de logomarca e ontem na reunião da
23 Comissão Organizadora foi apresentado à proposta de logomarca e aprovado pela Comissão
24 Organizadora Nacional. Já temos um link na página da SEPPIR, III CONAPIR. Todas as
25 informações aqui em nível nacional, também dos processos nos municípios e nos Estados. A
26 Comissão de Logística também se reuniu, fez a sua reunião na semana passada e é Coordenada
27 pela Diretora de Programas da SEPLAN, Luciana Sá, ela apresentou o local da realização da
28 Conferência, o Brasil esse ano tem grandes eventos, Copas das Confederações, ano que vem Copa
29 do Mundo e aqui, além disso, temos mais 17 Conferências Nacionais. O lugar que está pré-
30 agendado é no Complexo Brasil 21, lá vamos ter todos os espaços, o plenário para 1.500 pessoas,
31 salas para os grupos de trabalho e também o local da alimentação. Hospedagem foi reservada, a
32 empresa que vai cuidar tanto dessa parte de infra-estrutura, hospedagem e transporte, vai ser a
33 empresa que hoje já tem esse convênio com a SEPPIR, que é a SWOT. Tivemos a plenária dos
34 Povos Ciganos, é a Semana do Brasil Cigano. A Coordenação Executiva também se reuniu, já
35 tirou o seu cronograma, a maioria das Subcomissões tiraram os seus cronogramas e estamos num
36 processo bastante adiantado. Após apresentação, foi concedida a palavra para o Pleno. **ITEM 9 –**
37 **Encaminhamentos:** 1) O CNPIR participa, conjuntamente com a CADARA, das atividades dos
38 10 anos da Lei 10.639 e dos diálogos com os Fóruns Estaduais de Educação e Diversidade; 2)
39 Moção sobre a decisão do Juiz Federal José Carlos do Vale Madeira, do Tribunal Regional Federal
40 - 1ª Região/TRF, publicada em 21 de maio de 2013, que “determina a imediata sustação de todo e
41 qualquer ato de execução dos Concursos que estejam relacionados aos Editais impugnados pela
42 presente ação popular (= Edital n. 03, de 19 de novembro de 2012, do Ministério da Cultura,
43 Secretaria do Audiovisual; Edital Prêmio FUNARTE de Arte Negra; Edital de Apoio a Coedição
44 de Livros de Autores Negros; e Edital de Apoio a Pesquisadores Negros)” (**Aprovada**); 3) Moção
45 de repúdio ao filme “O Gato Preto” de Clébio Viriato Ribeiro, que discrimina o povo cigano.
46 Longa metragem em fase de produção, em co-produção entre Clan do Cinema, Anhamum
47 Produções, Red Line Filmes e Peron filmes. Realização Associação de Cinema e Vídeo de
48 Quixadá. Apoio ANCINE, SECULT/CE e contra o folder distribuído no Brasil Cigano
49 http://www.youtube.com/watch?v=29FjsXS4N_8 (**Não aprovada**); 4) Moção de repúdio contra o
50 fim do feriado de 20 de novembro no estado do Rio de Janeiro proposto pela Confederação do
51 Comercio. A ADI 4091 ajuizada pela CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE
52 BENS, SERVIÇOS E TURISMO – CNC, distribuída ao Ministro Teori Zavascki, pode declarar a

1 inconstitucionalidade da lei 4.007/2002, que criou o Feriado de Zumbi dos Palmares, no dia 20 de
2 novembro. A AGU e MPF se manifestaram pela inconstitucionalidade da lei, entendendo que o
3 Estado do Rio não poderia criar o feriado, sendo tal competência da União Federal (**Aprovada**);
4 5) Moção sobre a vinculação da prisão de um imigrante libanês em Curitiba com terrorismo
5 (**Aprovada**); 6) Orientações para que os Estados participem do dia 19 de junho, dia nacional de
6 combate à anemia falciforme (**Aprovada**); 7) Convidar a Organização Internacional do Trabalho –
7 OIT e o Ministério do Trabalho e Emprego para a próxima reunião do CNPIR para tratar da pauta
8 sobre “Trabalho” (Ana Cristina - UGT); 8) Proposta de criação de documento de identificação
9 para os Conselheiros e Conselheiras do CNPIR. **Item 10 – Encerramento:** Nada mais havendo a
10 tratar, a **Secretária Lucy Góes da Purificação**, Secretária-Executiva Interina da SEPPIR/PR,
11 encerrou os trabalhos da 40ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade
12 Racial.